

NOTICIÁRIO

CONCURSO PARA A CATEDRA DE HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA NA FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Realizaram-se em novembro do ano próximo findo as provas do concurso para provimento da cátedra de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Foi candidato e obteve a cátedra o prof. dr. Eduardo d'Oliveira França, licenciado por essa Faculdade, onde doutorou-se em 1945 com a tese: "O poder real em Portugal e as origens do absolutismo"; professor na Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae", na Faculdade de Filosofia Mackenzie e que já vinha ocupando em caráter interino aquela cadeira. A banca examinadora ficou constituída pelos professores: Eurípedes Simões de Paula, prof. catedrático de História Antiga e Medieval e diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; Astrogildo Rodrigues de Melo, prof. catedrático de História da Civilização Americana na mesma Faculdade; Sérgio Buarque de Holanda, diretor do Museu Paulista, Instituto Complementar da Universidade de São Paulo e prof. de História Econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política, também Instituto Complementar da Universidade de São Paulo; Eremildo Luiz Viana, prof. catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e prof. Jaime Coelho, ex-professor de História Antiga e Medieval da Faculdade do Distrito Federal e atualmente professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

*
* * *

A PROVA ESCRITA — Para a prova escrita foi dada a conhecer ao candidato, na hora da prova, uma lista onde figuravam os seguintes temas: 1 — As grandes descobertas geográficas e o Mediterrâneo. 2 — A crise econômica no século XVI e as origens do capitalismo moderno. 3 — A Reforma protestante; suas causas e desenvolvimento. 4 — A Holanda e a cultura holandesa na época do Renascimento. 5 — O absolutismo na Inglaterra na época dos Stuarts. 6 — A época de Pedro o Grande e as reformas na Rússia. 7 — Mazarino e a sociedade francesa de seu tempo. 8 — O "Risorgimento" e a política de Cavour. 9 — O imperialismo colonial no século XIX. 10 — O despotismo esclarecido e a política de reformas no século XVIII. 11 — As classes sociais e as origens da Revolução Francesa. 12 — A Revolução Industrial. 13 — O bloqueio continental. 14 — A Santa Aliança e a política européia de 1815 a 1831. 15 — A "Tríplice Aliança" e a "Entente Cordiale". 16 — A Inglaterra na 1.ª metade do século XIX e as suas grandes reformas. 17 — O imperialismo nipônico e a guerra russo-japonesa. 18 — Bismarck e a hegemonia alemã. 19 — A decadência do Império Otomano e as origens das nações balcânicas.

Foi sorteado o tema n.º 3 — A Reforma protestante: suas causas e desenvolvimento. Dada a amplitude do tema o candidato ao formular os principais

problemas que este lhe sugeria deu maior desenvolvimento ao estudo da tão debatida questão das origens da Reforma. Em resumo, foi esta a prova do candidato:

"Apresenta a Reforma como sendo essencialmente um problema de consciência. Demonstra a necessidade de se conhecer os homens da Reforma para explicá-la, de buscar a atmosfera espiritual, social e política que favoreceu o seu aparecimento. Estuda depois o seu desenvolvimento reconhecendo-lhe dois aspectos: uma ampliação doutrinária — "dilatação ideológica no corpo dos princípios", uma expansão em área. Frisa ainda o aspecto revolucionário da Reforma cuja ação renovadora transborda do campo das idéias: "Quando o homem inova sua filosofia — seu corpo de crenças organizadas, toda a sua vida se subverte — as revoluções religiosas são devastadoras porque mudam o homem por dentro." "O comportamento se renova. E por aí se renovam todas as suas manifestações de atividade. As instituições são revistas, a ordem social, as maneiras de fazer como de sentir e agir". Focaliza a seguir o impacto da Reforma na atmosfera européia: o contágio da vida política, social, econômica e mental. Um último aspecto é abordado: a revisão e a reação do mundo à infiltração reformista.

A questão das origens — Rejeita as explicações tradicionais que apresentam a Reforma como uma reação contra a decadência moral da Igreja, agravada pelo choque do renascimento individualista; ou como fruto da inquietação de classes novas — a burguesia — desejosa de maior liberdade de comércio, que a religião tradicional parecia freiar; ou ainda, as que supervalorizam o papel das ambições de príncipes em torno do império ou dos feudos eclesiásticos, na explicação daquele movimento religioso. Manifesta-se favorável à opinião de Lucien Febvre: uma explicação religiosa para um problema religioso. E acentua: "não se trata de isolar os problemas de consciência dos demais, o que se pretende é que essa reforma religiosa tem raízes religiosas, mas ao vicejar recebeu luz e ar da sociedade como um todo", pagando seu tributo ao político, ao social, ao econômico. Demonstra não ter sido a decadência da vida religiosa mas o seu aguçamento que desencadeou a Reforma e lembra como Febvre em "Rabelais e o problema da incredulidade no século XVI" mostra a ausência de ateísmo, de frialdade religiosa no tempo. Mas a doutrina se complica e reclama intérpretes; entre a massa religiosa e a palavra divina interpõem-se os padres. A teologia empareda a doutrina para o crente — geralmente analfabeto. A massa precisa de padres e nessa época eles faltam. A população cresce, mas o número de padres não acompanha esse desenvolvimento. A ampliação da vida econômica, o aparecimento de novos horizontes torna seu recrutamento cada vez mais difícil. A complicação da doutrina exigindo a presença de intérpretes entre Deus e o homem, afasta-os. Por outro lado, multiplicam-se os intermediários entre Deus e os crentes — desenvolve-se o culto da Virgem-Mãe, etc.. O homem sente-se distante de Deus. Nessa época de inquietação espiritual em que estão em ebulição idéias novas, novas formas de conduta, o homem experimenta a necessidade de guias. As consciências estão desorientadas, hesitam entre os padrões tradicionalmente estabelecidos e os novos que procuram se impor. "A Idade-Média ensinava a pensar na morte, que a vida era um exílio doloroso e que o pecado aniquilava o homem para toda a atividade. O homem era "nada" perante a grandeza divina. Mas o humanismo triunfante acena com as belezas da vida, com a força e grandeza do homem, com a relatividade do pecado". O homem sente-se pois corroído pela dúvida. A atmosfera é de profunda inquietação espiritual. Busca-se um novo caminho. Por outro lado as transformações sociais ampliam a receptividade do terreno para a Reforma — aumentam a insegurança, a busca de novos padrões de conduta. Novas condições: aumento de população e mobilidade geográfica e social, a imprensa e a laicização da cultura. Novas possibilidades em cena: ampliado o horizonte econômico, aumentadas as oportunidades no serviço dos reis diante de uma burocracia que se complica, de

um exército que se define. Transformações, abalos nas classes já existentes: a nobreza e o clero sofrem efeitos das inovações. A burguesia, classe nova — “está a procura de um estatuto religioso, como procura um estatuto político fazendo o jôgo dos reis. A atmosfera social na época da Reforma é assim detalhadamente analisada. Também as relações entre a Reforma e as cidades são focalizadas. Ao que parece há íntima conexão entre elas. As cidades são mais sensíveis às inovações, talvez pela maior possibilidade de contágio. Mas há as exceções: Paris, Lyon, cidades italianas etc.. As relações entre Reforma e capitalismo são também mencionadas. Finalmente os elementos políticos. Estes misturados aos espirituais e aos sociais possibilitam a eclosão da Reforma. Variam de região para região. Na Alemanha os Habsburgos imperadores, — apoiados em Roma — contra os senhores feudais que por oposição ingressam nas fileiras da Reforma. Na França, o conflito aparece sob outro aspecto. Também na Inglaterra o colorido é outro.

Resumindo: uma explicação espiritual para a reforma — Os homens em busca de uma resposta à uma questão angustiante: como obter a salvação. Problemas sociais e políticos agravam a situação.

Finalmente, são analisadas as respostas que procuram encontrar o caminho, satisfazer a inquietação. O humanismo cristão, com Erasmo, Sadolet, etc.. O luteranismo — Lutero encontrando uma resposta para seu problema individual — não pretendendo a reforma de cultos, apenas desejando solucionar o problema da salvação. Sua aceitação. Depois a resposta de Calvino, a resposta inglesa, etc.. São soluções que acalmam muitas consciências atormentadas.

A questão da Reforma aparece assim, formulada nos termos da orientação de alguns dos principais representantes da moderna historiografia francesa — Lucien Febvre, Émile-G. Léonard, os quais renovaram esses estudos dando-lhes uma nova explicação.”

*
*
*

A TESE — “Portugal na época da Restauração” foi o trabalho apresentado pelo candidato. Confessa sua finalidade no prefácio: limitado na sua pesquisa pelas dificuldades de obtenção de recursos documentais e bibliográficos, procurou realizar “uma experiência metodológica”, empreender uma busca de novas técnicas de aproveitamento de dados históricos e concorrer assim “para o aperfeiçoamento dos métodos de elaboração histórica”. A grande preocupação que transparece em toda a obra é apanhar o homem, conhecê-lo, compreendê-lo numa determinada época. “História, ciência do homem” é o lema que aparece enunciado na primeira página e que define uma orientação. Adotá-lo como divisa significa combater a “história historizante”, que esquece o homem e é freqüentemente simples reunião de fatos amontoados sem explicação, sem significado. “Certo é preciso investigar os fatos, mas depois ultrapassá-los para divisar o horizonte humano” (pg. II). História esforço de compreensão do homem — um ideal a ser alcançado, uma idéia que condiciona todo o desenvolvimento do trabalho: desde a escolha do assunto à maneira de tratá-lo. Foi partindo dessa posição que o autor escolheu e procurou estudar o homem que fez a Restauração. Longe pois a preocupação de inventariar o acontecimento político Restauração, mas “apenas a intenção de surpreender um certo tipo de homem pensando e agindo politicamente” (pg. III). Esse homem vive numa certa época e leva a marca da atmosfera de seu tempo, a qual ajuda a compor. Daí a necessidade de se observar primeiramente o século XVII. Depois procura penetrar a individualidade do homem português, enquadrando-o no tempo. Por último, um teste que permite a análise: o comportamento desse homem em face de um momento político: a Restauração.

Obedecendo àquela orientação e a este roteiro as 428 páginas da tese distribuíram-se nos seguintes capítulos:

Primeira parte — Um século Barroco.

Cap. I — O estudo de uma época: a) — Um século mal estudado. b) — Um século mal compreendido.

Cap. II — Retrato de um século: a) — Século de projeção da cultura europeia. b) — Século de hegemonia ibérica. c) — Século de procura de ordem.

Cap. III — Diagnóstico de um século; Um século barroco: a) — Civilização teatral. b) — Civilização de inquietação. c) — Civilização de heroísmo.

Cap. IV — O homem barroco: "O hidalgo de Espanha": a) Uma oposição o barroco e o néo-clássico. b) — O "hidalgo" e a "hidalgua".

Segunda parte: O homem da Restauração.

Introdução.

Cap. I — A nostalgia da côrte.

Cap. II — Uma côrte de aldeia: a dos Braganças.

Cap. III — Uma atitude de fuga.

Cap. IV — O desgosto do tempo.

Cap. V — A frustração da carreira.

Cap. VI — O homem barroco português: a) — O herói frustrado. b) — O herói artificial. c) — O herói melancólico.

Terceira parte: — Idéias e posições na Revolução de 1640.

Cap. I — A ideologia da Revolução: a) — O profetismo. b) — O sebastianismo. c) — O bandarrismo. d) — O messianismo brigantino.

Cap. II — As idéias políticas da Restauração: a) — O problema da legitimidade do poder. b) — A ruptura do pacto.

Cap. III — O povo e a Restauração: a) — As insurreições que o povo fez. b) — Porque o povo se rebela. c) — A ausência do povo em 1640.

Cap. IV — A burguesia e o Império: a) — Os cristãos novos e a insurreição bragantina. b) — A prata e as especiarias. c) — A busca da prata.

Cap. V — A decepção da burguesia. a) — A crise do comércio colonial. b) — Burguesia e Restauração. c) — A hesitação dos letrados.

Cap. VI — O Atlântico e a Restauração: a) — O tráfico africano. b) — O comércio do açúcar. c) — A concorrência holandesa.

Conclusões.

Bibliografia.

Finalmente as conclusões. Procurou-se encontrar o homem da Restauração. Esse homem que antes de mais nada é europeu (pg. 393) mergulhado no século XVII — um século barroco e ibérico por excelência. Para compreendê-lo, buscou-se o cenário europeu no século XVII: época em que o homem acabrunhado pela fiscalização de uma consciência impiedosa, atemorizado pela "responsabilidade perante Deus" artificializa-se, assume atitude de "heroísmo". Há nessa época uma "ambição generalizada de reabilitação pela ação". É uma civilização aristocrática e também teatral. Esse artificialismo, essa atitude de heroísmo, esse espírito de elite, essa posição que o homem procura manter a todo o custo é o distintivo, a defesa de uma classe. Evidencia a preocupação que tem a fidalguia de se distinguir da burguesia ascendente — de criar assim algo que a caracterize. O homem barroco é obcecado pelas idéias de honra, dever religioso, virtude (mesmo no amor, apertado nos cânones da virtude, contém-se, estiliza-se). Comprimido pelo seu ideal de perfeição é um homem triste — atormentado pela idéia de morte. Se o homem da Restauração "é antes de tudo europeu" (pg. 393), tem matizes próprios "devidos a sua individuação portuguesa, às condições históricas peculiares à sua pátria e à classe a que pertence". Há o **fidalg**o português. É o homem que

sofreu o impacto de Alcacer-Quibir e depois a perda da independência nacional, que desgostoso, incapaz de reagir, retira-se de Lisboa, cria sua côrte de aldeia, isola-se, refugia-se no saudosismo, entrega-se ao conformismo, ao mesianismo. "Alienado pela consciência da frustração de seu heroísmo, êle se artificializa em requintes de cortesia e se torna um homem construído e torturado de moralismos e decisões bem inspiradas. Êsse insulamento aliado à idéia de que é um homem decaído pelo pecado, com o dever de procurar a redenção pelo estoicismo da conduta o faz melancólico e pessimista." (pg. 395). Passam-se 60 anos. Nova geração, mais enérgica, mais ativa. Surge o mesianismo brigantino — a idéia de insurreição que "longe de ser revolucionária é um monarquismo regressivo". Elabora-se um argumento para acalmar as consciências intranquias diante da possibilidade da insurreição: o povo recebe o poder da mão de Deus, coloca-o nas mãos dos reis, mas "mediante contrato", se o rei rompe êsse contrato, tem o povo direito de retomar o poder e destiná-lo como melhor julgar. Não se trata pois "de emprender uma revolução, mas apenas restabelecer a seqüência dos reis naturais interrompida pelo *intermezzo* castelhano". Essa era a atitude, a opinião do fidalgo. O clero por sua vez, com exceção dos jesuítas mediadores entre os aristocratas e o povo, desempenha um papel menos expressivo. O povo, descontente, trabalhado na sua credulidade pelo profetismo, revolta-se contra o sofrimento presente, pronto a aceitar uma mudança de situação, esperando melhores dias, apoia a volta dos reis paternos do passado. Mas vacinado pela desconfiança contra a aristocracia, tendo bem viva na lembrança os acontecimentos de Évora ou os longínquos insucessos do Prior de Crato, não faz o movimento de 1640. Apenas adere depois do golpe. E a *burguesia*? Em 1580 sonha com a prata espanhola do Novo Mundo. Com a participação na vida e no comércio do Império colonial, com um possível abrandamento, à moda castelhana, da Inquisição, mais aguda em Portugal. Não tarda entretanto a decepção. As Índias são barreadas legalmente à sua penetração. A prata sonhada continua a deslizar para Sevilha. As tentativas de participação na vida colonial são frustradas — "a Espanha deseja manter os dois mundos coloniais separados" (pg. 396). A desilusão agrava-se com o desencadear da concorrência de holandeses e ingleses, com os enormes prejuízos que dela resultam para o comércio: desorganização do tráfico de especiarias, comércio de escravos etc.; abalo na economia; das minas, do açúcar — desmantelamento da produção colonial. Assim em 1640, a burguesia, cumulada nos 60 anos de domínio espanhol, de impostos, confiscos, empréstimos forçados, etc., enfraquecida pela migração de cristãos novos, principalmente a partir de 1629, com o recrudescimento das perseguições da Inquisição, substitui a atitude de simpatia por Castela, esboçada em 1580, por uma quase hostilidade. "Alienado o apóio da burguesia depauperada, nada resta pelos Habsburgos em Portugal. A revolta dos fidalgos barrocos triunfa numa atmosfera de quase unanimidade nacional, apesar da pobreza de seu conteúdo ideológico" (pg. 397). Resulta não numa revolução, mas numa restauração, é a busca de "uma atmosfera envelhecida de ressurreição saudosista e não uma filosofia renovadora projetada para um futuro a construir" (pg. 397).

* * *

A DEFESA DE TESE — Em sessão pública, a 20 de novembro, realizou-se a defesa da tese. Declarada aberta a sessão, o presidente da Banca, prof. Eurípedes Simões de Paula, passou a palavra ao primeiro examinador:

Prof. Jaime Coelho — Este após dirigir ao candidato palavras de louvor pela sua produção intelectual, fez alguns reparos à tese apresentada, onde algumas vêzes estivera em desacôrdo com o autor, que, apaixonado pelo assunto, parecia agir como todo apaixonado exagerando, por vêzes, o significado de certos fatos.

Assinala inicialmente algumas lacunas bibliográficas. Para o estudo do barroco lembra as obras de Weisbach, Eugênio D'Ors, Lavedan, bem como a publicação n.º 5 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico, e ainda os trabalhos de Paulo Santos, "O barroco e o jesuíta na Arquitetura do Brasil" e Kellman, "Barroco and Rococo in Latin America", que serviriam para demonstrar que não há um barroco, mas que ele variou adaptando-se aos ambientes diversos para os quais foi transplantado. Também a bibliografia sobre a Espanha do século XVII, parece-lhe insuficiente. Estranha a ausência de uma obra capital para o conhecimento da época: "El Conde-Duque de Olivares. La pasión de mandar", de Gregório Marañon.

Observa a seguir que o século XVII espanhol em lugar de ser chamado século de ouro deveria ser chamado século dourado — época em que o brilho recobre quase sempre uma grande decadência.

Critica as primeiras palavras do prefácio: "Tese: uma idéia e um método a serviço da idéia" — pois todo empreendimento humano se resume enfim numa idéia inicial e num método a serviço dessa idéia. Tese é a seu ver, alguma coisa que se procura provar.

Opõem-se à expressão: "homem do barroco". Ele não existe, assim como não há o homem do gótico ou da Antiguidade. Não há o homem, mas os homens de uma época, a qual de resto não pode ser nitidamente delimitada.

Concluindo, assinala a ausência de um estudo sobre as relações políticas entre Portugal e a Europa, na época da Restauração.

Resposta do candidato: A acusação de paixão parece-lhe mais um elogio — declara-se inteiramente culpado. A paixão é defeito de quase todo historiador que trabalha com integração. As lacunas bibliográficas são inevitáveis — dada a impossibilidade de exaurir-se toda a bibliografia. Alguns livros apontados entretanto, como o de Eugênio D'Ors, foram consultados, mas sua ausência na bibliografia é justificada por não terem sido diretamente utilizados. Outros, como o livro de Marañon, obra realmente fundamental e que inaugura uma metodologia nova, foram usados e citados, não só várias vezes em rodapé, como na relação final. Lembra que um estudo sobre o barroco brasileiro fugiria ao tema proposto e acentua que uma visita a Ouro Preto vale muitas vezes pela consulta de uma boa bibliografia sobre o assunto.

Justifica a expressão "século de ouro" aplicada ao século XVII espanhol. Lembra que a sedução do grande pensamento francês desse tempo, sobre o nosso pensamento, tem sempre nos induzido a desconhecer outras manifestações culturais de grande valor. Desviados pela atração do foco luminoso francês, incorremos na desvalorização, quando não no desconhecimento de outras culturas. Mas existe todo um patrimônio cultural, principalmente ibérico, geralmente pouco avaliado. Basta lembrar a arte de Velasquez, o gênio de Cervantes, ou a obra de Suarez.

Procura demonstrar, em seguida, que entre o seu pensamento e o do examinador não há oposição na idéia que têm sobre tese. Este vê como tese, qualquer coisa que se procura provar. Ora, essa qualquer coisa é no caso a idéia. Logo tese é idéia. A maneira de prová-la é o método. As duas opiniões coincidem pois: tese é qualquer coisa que se pretende provar e é também uma idéia e um método a serviço da idéia.

Explica a referência ao "homem barroco". Não há realmente o homem, mas os homens de uma época, entretanto, na impossibilidade de fixarmos a multiplicidade dos perfis, somos, freqüentemente, obrigados a fazer a abstração do detalhe, obter os traços essenciais, para podermos dar nitidez à imagem que queremos traçar. Concorde em que não se pode delimitar rigidamente a época do barroco, mas lembra que se nos desprendermos da obsessão dos limites cronológicos, poderemos reconhecer uma área barroca, que se destaca entre duas outras: o renascimento e o néo-classicismo, por seus traços típicos. Dentro dessa área, desse período, há certas características constantes nos homens, as quais repontam em toda a Europa Ocidental. Há qualquer coisa de comum

no fidalgo espanhol, no fidalgo português ou no "honnête homme" francês. Numa dada época há pois uns tantos caracteres comuns. A análise leva ao reconhecimento desses traços comuns — à extração dessa unidade sutil que muitas vezes pode escapar.

O prof. Sérgio Buarque de Holanda, o segundo examinador, acentua, de início, o valor dos estudos sobre a história de Portugal para o conhecimento da história do Brasil, na qual há páginas em branco que necessitam do substratum dos estudos portugueses para serem escritas. A seguir passa à análise da tese. Embora reconheça a dificuldade de se descobrir um critério objetivo para obtenção de marcos expressivos que delimitem o seiscentismo, considera os limites adotados na tese: a partir de Felipe II até o tratado dos Pirineus, demasiadamente elásticos. Nela aparecem como representantes do século de ouro espanhol: Frei Luiz de Granada, São João da Cruz, Frei Luiz de León e Santa Tereza, que são respectivamente de 1583, 1586, 1591, 1588, portanto quinhentistas. Também Garcilaso de la Vega e Gôngora, são brilhos de outra época, e não podem ser invocados para justificar a qualificação de século de ouro para o século XVII.

Prossegue assinalando alguns equívocos em citações: o "Paraiso Perdido" de Milton, que é da segunda metade do século XVII, aparece como realização do século XVI; também a obra de Gessner, e a "Messiada" de Klopstock, aparecem deslocadas do fim do século XVIII para o XVII.

Crítica ainda a inclusão de obras de I. Walten: "The Compleat Angler", de Robert Herrick: "Hesperides", e o "Pilgrim's Progress" de Bunyan, na categoria de trabalhos épicos.

Afirma que o candidato limitara muito o conceito de barroco. Para comprová-lo faz uma série de citações extraídas da tese — "O barroco é a expressão do mundo espanhol no século XVII" (pg. 37 "... na pátria do barroco, a Espanha..."; "Porque o destino do barroco estava ligado ao império ibero-cristão. Assim quando ele esfacelou, o barroco se dissolveu, vencido também" (pg. 38). A seu ver o autor não só exagera muito o caráter espanhol do barroco, como também o restringira demasiadamente à Espanha, não tendo dado a devida importância à sua expansão por toda Europa. Cita o exemplo de Viena e Praga — cidades barrocas e lembra que há autores que apresentam o barroco como protestante e outros como italiano.

Concorda com o candidato quando este diz à pg. 11: "O século XVII não é um século francês..." Mas a seu ver ele também não é um século espanhol, é mais uma época de contrastes entre a França e a Espanha.

Diverge do autor quando este diz que o classicismo não constitui a arte do século XVII (pg. 31). Cita a opinião de Hauser na "Préponderance espagnole", onde este demonstra que o século XVIII já aparece como uma época de declínio do classicismo em que nada foi acrescentado ao realizado no século anterior.

Continuando, observa que encontrara na tese a afirmação de que a etiqueta é uma invenção do século XVII (pg. 41), mas lembra que Huizinga acentua a importância do ritual já na Idade-Média.

Finalmente, indaga como se explica a ausência do povo no movimento de 1640, justamente numa época em que ele parece dotado de grande atividade, como se sente através das peças teatrais ou dos romances. Chama atenção para o trabalho de Luiz Oliveira Guimarães: "O povo na Restauração", no VII volume do Congresso de História Portuguesa, e também no mesmo volume, o trabalho de Jaime Cortesão que acentua a solidariedade popular ao movimento.

Resposta do candidato: Reconhece os enganos de natureza cronológica apontados e prossegue refutando a observação de que restringira exageradamente o barroco à Espanha. A própria bibliografia usada parece contradizê-la. Inegavelmente há barroquismo na Europa Ocidental e até mesmo na Europa

Central. Os jesuítas apadrinharam o barroco e eles não estiveram apenas na Espanha. Ao acentuar o caráter espanhol do barroco pensara na influência espanhola geralmente despresada, na sua grande contribuição para o barroco. Por outro lado fôra na Espanha que ele dera seu melhor fruto.

Justifica a seguir a apresentação do século XVII como um século espanhol. Concorde em que o contraste entre a França e a Espanha é característico desse século e observa que essa idéia está na tese, mas, até a paz do Pirineus a influência do Império espanhol é dominante na civilização da Europa Ocidental. Essa influência é freqüentemente esquecida, lembrando-se apenas do século de Luis XIV, quando na realidade a própria França dessa época pagou seu tributo à Espanha.

Continua explicando a oposição que aparentemente existe entre a opinião de Hauser e a idéia exposta na tese, de que o classicismo não constituiu a arte do século XVII. Hauser refere-se ao mundo clássico em geral, enquanto que o trecho citado da tese menciona o classicismo apenas em arte. Ao que parece Hauser procura acentuar, numa reação contra certa corrente tradicional da historiografia francesa, que a geração brilhante da época de Luis XIV é anterior a ele e que este auferira apenas do seu esplendor.

Confirma que a etiqueta é uma invenção do século XVII. A etiqueta e não o ritual. Observa que se formos identificar todo o ritual da vida social com a etiqueta, teremos então que constatar sua presença não apenas na Idade-Média, mas já no Egito e mesmo antes.

Tendo se esgotado o tempo, o candidato pediu ao presidente da mesa, prorrogação do prazo a que tem direito, considerando ainda uma última questão: a da participação do povo no movimento da Restauração. Explica que se referira à ausência do povo no golpe de 1640 e não no fenômeno Restauração. Na "Notícia da Aclamação" publicada por Lopes de Almeida, o cronista da Restauração registra em ata a ausência do povo. Esse depoimento é confirmado pelos jesuítas, neste caso insuspeitos, desde que se entendem muito bem com o povo. O malôgo do movimento de Évora criara uma atitude de desconfiança em face da nobreza. Temia-se nova traição. Sintoma desse receio é a prisão por ordem da Câmara, na cidade do Porto, do emissário rebelde. As câmaras hesitavam. O povo esperou, para só aderir depois de realizado o golpe.

O prof. Eremildo Viana, terceiro examinador, começa por criticar o estilo em que está escrita a tese: frases excessivamente curtas, onde freqüentemente o verbo está elíptico, ritmo fragmentado — "martelante" —, certos termos muito repetidos, abuso de imagens literárias dando a impressão que o autor se impregnou de barroquismo ao estudá-lo.

Continuando, considera perigosa a utilização dos retratos dos moralistas como fonte para estudo da virtude do fidalgo, desde que tais imagens são artificiais. Algumas obras fundamentais para o estudo da época, como os "Avisos" de Jerônimo Barrionuevo, a "Relación" da condessa de Hornos, as obras de Deleito y Piñuela, "La mala vida en España de Felipe IV", "La mujer, la casa y la moda", parecem negar a tão mencionada "virtude do fidalgo". A descrição desse fidalgo feita na tese e que o envolve de "heroísmo", mostrando-o preocupado com a honra e a virtude, guiado pela ambição de amor platônico, parece ser exclusivamente teórica, muito distante da realidade. Mais verdadeiro seria falar na decadência moral da época que as crônicas tanto acentuam e na indolência da "hidalgia" espanhola.

Embora reconheça que decadência moral não significa obrigatoriamente decadência total — o século XVII na Espanha, a despeito de Velasquez, parece-lhe um século de decadência. O brilho que perdura é mais um reflexo de épocas passadas.

Assinala imperfeições na divisão do trabalho: o capítulo sobre o açúcar que aparece no fim da obra, está deslocado.

Lembrando que o candidato é discípulo de Braudel, pergunta-lhe se este, que em sua tese dedica uma grande parte à geografia, concordaria com a ausência do panorama geográfico. Indaga ainda, se é possível fazer-se a história das mentalidades sem se recorrer à geografia.

A seguir, pede um esclarecimento: à pg. 14 encontrara a seguinte observação: "o humanismo pode ter sido uma revolução mental, mas uma revolução pela mobilização de velhas idéias ressuscitadas"; não haverá pois originalidade no humanismo?

Nota que no decorrer da tese não se percebe exatamente a noção que o candidato faz do barroco. Sendo essa uma questão muito controvertida, pois para uns ele é uma conseqüência do absolutismo, para outros um estado de espírito ou ainda uma etapa do estilo, indaga qual a sua opinião em face do problema.

Crítica finalmente a utilização das obras de Jacques Pirenne, "Les grands courants de l'histoire universelle" e de Gonzague de Reynold, "Le XVIIème siècle", como obras de divulgação, as quais responsabiliza por alguns deslises cronológicos anteriormente apontados.

Resposta do candidato: Inicialmente defende ele a sua maneira de escrever. As frases curtas são expressão de um estilo, de um temperamento e de uma época em que não cabe mais uma linguagem de detalhe. Refletem uma maneira de pensar e longe estão do barroquismo que lhe atribuem. Também a repetição de palavras pode ser justificada. Se uma palavra é a única a exprimir fielmente uma idéia, ela é insubstituível e pode ser usada tantas vezes quantas se faça necessária. A fidelidade ao pensamento exige freqüentemente sacrifício do estilo.

Justifica, em seguida, o seu conceito sobre a moral "hidalga". Observa que acusando-o de ter tomado o retrato dos moralistas como realidade, o examinador também se apoiara na crítica moralista. A crítica exagera, é a consciência exacerbada que extravasa suas acusações. Mas ela reflete um ideal. Provavelmente entre esse ideal e a realidade haverá refração, mas ele influi na conduta e gera o espírito crítico. O ideal do homem é também parte desse homem. Conhecer aquele é meio caminho para compreensão deste. O ideal é um fato histórico, é uma realidade em si. É um elemento para compreensão de uma época. Observa que ao falar na preocupação com a virtude que caracteriza o "hidalgo", na idéia de honra que o obceca, no seu amor que é feito de comedimentos, comprimido nos limites da honra, do idealismo, ou na mulher que ele busca "tôda pureza e sensibilidade", "feita à imagem de Nossa Senhora", referira-se à virtude, ao amor fidalgo, e não à virtude ou amor do fidalgo. Referira-se ao ideal da época. E é esse ideal que o homem carrega, inspira sua vida, condiciona suas atitudes que pretendeu encontrar nos retratos dos moralistas.

Continuando, assinala que mui provavelmente o prof. Braudel não aprovaria uma história que não levasse em consideração o quadro geográfico. Mas no seu caso o estudo do panorama geográfico teria obrigado à observação do mundo ibérico, isto é, de grande parte do mundo conhecido de então, o que não seria fecundo, tendo em vista as finalidades do trabalho. Concorda entretanto que a história das mentalidades necessita do lastro geográfico para ser feita.

Esclarece que descrever o humanismo como uma revolução feita pela mobilização de velhas idéias ressuscitadas não é excluir sua originalidade, pois com velhas idéias pode-se compor coisas novas.

Terminado o tempo destinado à defesa, o candidato procura ainda esclarecer seu conceito de barroco. Vira nele a expressão de uma civilização, uma arte que do ponto de vista histórico exprime uma consciência religiosa e que do ponto de vista estético valoriza a massa em lugar das linhas puras, prefere as curvas, o misterioso, o indefinido.

O prof. **Astrogildo R. de Melo**, quarto examinador, divide sua crítica em três partes: 1.ª, o que a tese tem e não deveria ter; 2.ª, o que a tese tem e não deveria estar como está e 3.ª, o que a tese não tem e deveria ter.

1.º Inicialmente critica a ausência de originalidade do tema escolhido, assunto fartamente explorado principalmente por ocasião das comemorações do 3.º centenário. Teria sido preferível tentar uma pesquisa nova, ao invés de repisar um assunto muito conhecido.

Considera inútil toda a primeira parte da tese onde é feito o estudo geral do século.

2.º Passando ao segundo grupo de suas observações — o que a tese tem e não deveria ter como está, volta à crítica feita anteriormente sobre o método de exposição. Condena o uso de uma única fonte para comprovação de hipóteses formuladas no texto.

O método de pensamento parece-lhe por vezes falho — falta definição de conceitos gerais, há contradições aparentes que prejudicam a clareza da exposição. O século XVII é chamado século barroco e também século do classicismo. Ao falar do homem barroco o autor descreve-o heróico e ativista, frisando depois o fatalismo do português sebastianista. Como se harmonizam essas duas idéias? Fala ainda na hesitação dos letrados diante da revolução, mostrando-os depois a elaborar doutrinas justificativas da Restauração. Não há aí uma contradição? Iguamente parece o autor se contradizer quando diz ser o povo o grande ausente da revolução para afirmar depois que "embora dirigido pela elite revolucionária, foi ele que fez a revolução..." (pg. 82) e pintar, ainda a mesma página, o fidalgo, como a principal figura do movimento "a estrela do cast revolucionário".

Observa que o autor parece por vezes, tomar o ideal pelo real. O amor galante que aparece pintado à pg. 207, "puro por definição", de onde estão ausentes a paixão e o desejo, "uma afeição que não se ofende com apetites", não condiz muito com as observações que foram feitas à pg. 98 sobre os aborrecimentos de D. Luiza pela corte que D. João faz às comediantes, ou à pg. 120, onde se refere a uma "mocidade inquieta e ávida de prazeres e pequenas aventuras".

Aponta em seguida, algumas repetições no decorrer do trabalho, atribuindo-as à pressa com que o mesmo foi executado.

Passa à última parte de sua arguição: o que a tese não tem e deveria ter. Assinala a falta de um estudo que focalize a história diplomática da Restauração, lembra nesse sentido os valiosos estudos de Prestage, Frazão Vasconcelos, Rodrigues Cavalheiro etc.. Sente a ausência de uma análise das relações entre a burguesia européia e portuguesa e do seu papel na Restauração. Nota a omissão do homem português colonial e sua atitude em face do movimento. Aponta a ausência de um estudo sobre o clero. Concluindo, assinala a falta de uma análise sobre a economia da nobreza, a qual poderia ter contribuído para explicar a rebelião. Não teria esta raízes econômicas?

Resposta do candidato: Preliminarmente observa que não é o tema, mas sim a maneira de tratá-lo que deve ser original e lembra que Pirenne, com um tema velho, conseguiu fazer uma verdadeira revolução nos estudos históricos. Acredita, pois, ter trazido, ao estudar a época da Restauração, alguma contribuição nova.

Discorda da objeção que apontara como desnecessária a primeira parte da tese, pois, seus objetivos, como deixara claro no prefácio, são de ordem metodológica. Pensara partir da grande realidade da época para depois verificar como um determinado setor se enquadrava dentro das características gerais.

Justifica mais uma vez seu método de exposição alegando que não é pelo fato de ler documentos que se sentirá obrigado a escrever numa linguagem que deles se aproxime.

Afirma não ser o maior número de citações que melhor comprova uma idéia, mas a harmonia das citações, a maneira pela qual elas se combinam, se amparam umas nas outras.

Demonstra que a oposição é apenas aparente quando ao se referir ao século XVII como um século barroco simultaneamente afirmara ser o século do classicismo. O barroco se prolonga dentro do néo-clássico, assim como é fácil encontrar o barroco no clássico. A constante do século é pois o barroco. Para adjetivá-lo nada melhor que tomar essa constante. Também não se opõem obrigatoriamente: o heroísmo e ativismo do homem barroco, e o fatalismo do português sebastianista. O ativismo e o heroísmo fazem parte de uma ideal que o homem carrega consigo. O fatalismo é resultante das condições do momento. O homem gostaria de ser herói, mas é obrigado a aceitar, a se coibir — é um frustrado: pelo seu ideal quer agir, pelas circunstâncias em que foi posto, vê-se condenado à inação. Diante da sua impotência, refugia-se no fatalismo. Além disso, fatalista é a geração de 1580. A nova, a que reage em 1640, não o é mais.

Esclarece a seguir a atitude dos letrados. Demonstra que eles hesitaram em face da conspiração de 1640. Fraquejaram, tergiversaram, dividiram-se no momento de definição. Alguns traíram seu pendor pela liberdade, outros colocaram-se a serviço da causa castelhana. Uma vez realizado o golpe — decidiram-se, passaram a fazer a justificação da Revolução. Tornaram-se os teóricos da Restauração.

Prosseguindo, explica o papel do povo na Restauração, mostrando que não há contradição nas frases citadas. Observa que é necessário distinguir-se dois aspectos da Restauração: o golpe de 1640 e o processo revolucionário. Na ocasião do levante o povo se absteve. Isso não quer dizer que ele não tenha participado no processo revolucionário. A palavra revolução significa muito mais que um simples golpe, e, nesse sentido, pode-se dizer que o povo fez a Revolução embora não estivesse presente no momento da explosão.

Estando praticamente esgotado o tempo, o examinador pede ao candidato que justifique apenas a ausência de um estudo sobre a economia da nobreza. Este mostra que o tema não foi desprezado, pois menções foram feitas na segunda parte do capítulo II. Lembra a seguir que embora a preocupação econômica seja constante em todos os tempos, a intensidade tem variado. O problema econômico, para o fidalgo seiscentista, não tem a importância que tem para nós, que vivemos mergulhados na época capitalista. Muitos enganos têm resultado da transposição da mentalidade presente para o homem do passado. A propriedade rural não é para o fidalgo do século XVII, uma empresa de produção, como prova a ausência de qualquer progresso na vida agrícola. Ele não está preocupado em enriquecer-se. Pensa em honras, em realizar-se como herói. São esses os motivos que condicionam suas ações, e não a preocupação econômica.

O prof. Eurípedes Simões de Paula, o último examinador, inicia sua crítica acentuando que embora o autor tivesse desejado focalizar o homem português dentro do quadro europeu, como afirmara no prefácio e depois na conclusão, e como se depreende do plano, não desenvolvera o tema de maneira a alcançar esse objetivo. O quadro geral, dedicado ao estudo do século XVII e que constitui a primeira parte da tese, é insuficiente. A música foi esquecida, nomes como Rembrandt, Leibniz, e Spinoza, foram deixados na sombra. Há enganos de citação: as obras de Klopstock, e de Bodmer aparecem como realizações do século XVII. Falta às vezes, uma observação mais cuidadosa das possíveis conexões entre fenômenos portugueses e europeus, como por exemplo: um estudo que focalizasse a simultaneidade do desenvolvimento do misticismo ibérico e alemão. Não há qualquer menção a Boehne, um dos máximos expoentes da mística ocidental. A repercussão da obra de Descartes em Portugal, a atitude dos intelectuais lusos diante do racionalismo não é abordada.

Prosseguindo indaga que entende o candidato por "decadência" de uma civilização.

Discorda depois, da afirmação feita na tese de que o século XVII foi o século da conquista do mundo pela Europa, ao que lhe parece essa observação é mais aplicável ao século XIX. Por outro lado, considera exagero a inclusão da Rússia na civilização européia da época estudada.

Chama atenção para a possível influência do judaísmo no desenvolvimento do messianismo. Considera indispensável uma pesquisa sobre a participação judia em movimentos como o bandarrismo.

Focaliza a seguir algumas questões de ordem material: deslises em citações, enganos, insuficiência na relação bibliográfica final, onde aparecem alinhadas coleções inteiras de revistas, ao invés de figurarem os números diretamente utilizados, etc.

Discute a idéia formulada na tese que apresenta a civilização do "heroísmo" como uma criação da aristocracia, que vê no "herói" uma arma de classe empunhada por esta contra a burguesia em ascensão. Lembra que o "heroísmo" florescera mesmo em regiões em que a aristocracia não se sentira ameaçada pela burguesia, como por exemplo na Espanha, onde o autor mostrara uma burguesia anêmica em face de uma nobreza vigorosa. Sugere uma outra explicação: não seria o "herói" uma criação da burguesia (essa burguesia que longe de atacar a aristocracia, é, na verdade, atacada por ela), desejosa de alcançar um novo estatuto social, de se tornar um elemento da elite e nela permanecer? No retrato do "herói", pintado na tese, há muitos traços, que confirmando essa hipótese, parecem trair o parentesco burguês.

Observa que o autor, explicando as razões porque o século XVII é uma época mal estudada, procurara demonstrar que a historiografia romântica, contrária ao absolutismo, acreditando no gênio do povo e buscando-o por toda a parte, pouco se detivera no século XVII, preferindo sempre as fontes medievais. Indaga se se poderia falar em "gênio do povo" na Idade-Média e nota que nesse período havia também o absolutismo do senhor feudal.

Considera artificial falar-se em "nostalgia da corte" para a geração de 1640, desde que esta nunca chegara a conhecê-la em Lisboa.

Não concorda que tenha havido frustração na carreira colonial do fidalgo, pois a colonização sempre fôra atividade da Corôa e da burguesia.

Nota que o candidato, acentuando o ambiente de relativa liberdade de iniciativa em que viviam as capitânicas no Brasil, afirmara que a Corôa era senhora apenas do estanco do pau-Brasil, esquecendo-se do dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio das especiarias e das drogas e o quinto das pedras e metais preciosos.

Aponta a seguir algumas contradições. Ao se referir à revolução de Évora disse o autor ser ela demasiado conhecida, afirmando depois, numa nota de pé de página que "o estudo completo desta significativa rebelião popular face a timidez dos privilegiados ainda está por ser feito". Depois de diagnosticar o século XVII como um século barroco, afirma o autor, ao estudar a Revolução portuguesa, que Portugal volta as costas ao hispanismo, renunciando ao barroco, e que este "insulado na Espanha", "não podendo exportar-se para o ambiente colonial" "predominantemente burguês" só poderia ter um destino: perecer". Nova contradição quando, depois de frisar o perigo de se transferir o nacionalismo atual para o século XVII pretendendo ver nacionalismo dinástico nos portugueses de então, afirma que a reação portuguesa é um problema de honra nacional. Depois de acentuar que não se pode ver traição nos que aclamaram Felipe II em 1619, mostra que há uma auto-censura e talvez consciência de culpa em face do domínio castelhano. Como harmonizar essas afirmações aparentemente opostas?

Concluindo sua crítica, assinala que ao mencionar todos os elementos que contribuíram para a Restauração, o autor deveria ter dedicado um lugar à ação diplomática de Richelieu.

Resposta do candidato: Concorda inicialmente que a primeira parte está superficial, mas observa que de outra forma ela teria provavelmente absorvido

tôda a tese. Pretendera com ela apenas dar uma visão panorâmica da época, para depois focalizar com detalhe Portugal na época da Restauração.

Continuando, frisa que a música como tôda obra de arte é até certo ponto expressão de uma época e como tal excelente documento histórico. Mas para que sua utilização seja fecunda é necessário uma boa base de conhecimentos musicais que confessa não possuir. Mesmo assim, a música não fôra totalmente esquecida. Há menções à origem barroca da ópera (pg. 33) e ao nascimento da música de câmara no século XVII.

Justifica os enganos de ordem cronológica dizendo ter se fundamentado em Préclin-Tapié, cuja reconhecida autoridade não lhe permitira dúvidas.

Acentua a seguir, que se o homem português do século XVII "é antes de tudo europeu", ele possui individualidade própria. Observa que a aproximação do misticismo alemão ao português levanta o problema das coincidências culturais. Haverá uma filiação do misticismo português ao alemão ou tratar-se-á de pura coincidência: dois estados de espírito semelhantes que brotam independentemente em áreas diversas? Prefere esta última explicação.

Esclarece que a influência de Descartes em Portugal não foi estudada por não ser ainda constatada na época da Restauração. Encontrando resistência na própria França o pensamento cartesiano reclamou tempo para se difundir, custou para ser absorvido e dar frutos em Portugal, pois o pensamento português estava como que impermeabilizado ao racionalismo pelo domínio do néo-tomismo jesuítico.

Prosegue, afirmando que se fala em decadência de uma civilização, quando ela atingiu os múltiplos setores da atividade humana. O império romano por exemplo, fôra vítima de decadência total, todo o edifício fôra minado — o setor econômico, religioso, militar, político etc.. O mesmo não se observa no império ibérico no século XVII. Neste caso se há decadência política há o esplendor cultural: da arte da literatura, da religião.

Observa que se é realmente no século XIX que se processou uma europeização em profundidade, pela penetração intensa de europeus na África, Ásia, etc., é no século XVII que eles se espalham, tomam posição, para depois construir um mundo europeu. É este o século em que se projetam no Atlântico e no Pacífico. Em que a Rússia de Pedro o Grande — uma Rússia que está se europeizando, se lança no mundo asiático, aí atuando como agente europeizador.

Acentua, em seguida, que o examinador tem razão ao mencionar a possível ligação do bandarrismo ao judaísmo. Mostra que essa idéia aparece enunciada na tese à pg. 236 onde diz: "o bandarrismo conquanto se tenha difundido por todo o país era de berço nitidamente judaico."

Alega que a pressa fôra a responsável pela imperfeição de certas citações. Tendo se esgotado o tempo, dispensou o examinador as demais respostas, pedindo ao candidato que se ativesse a última objeção, isto é, que esclarecesse a pouca importância dada às relações diplomáticas entre Portugal e a Europa. Confessa o candidato ter o problema diplomático constituído uma de suas preocupações; após ter reunido certo material bibliográfico sentiu que o tema era demasiadamente amplo e que o material que dispunha não lhe permitiria apresentar nada de novo. Deixara pois, de lado, o aspecto diplomático, procurando ficar apenas dentro da história interna.

* * *

A PROVA DIDÁTICA — Para a prova didática a comissão elaborou a seguinte relação de temas: 1 — A Santa Sé e o Renascimento no século XVI. 2 — A influência de Erasmo no humanismo. 3 — Os Reis Católicos e a unificação da Espanha. 4 — O desenvolvimento da burguesia no século XVI. 5 — Colbert e o mercantilismo. 6 — A liberdade dos mares e a guerra de corso no século XVII. 7 — A Inglaterra sob o reinado de Isabel. 8 — Ri-

cheliu e a luta contra a nobreza. 9 — A rivalidade franco-britânica na África do Norte no século XIX. 10 — Frederico II e o despotismo esclarecido. 11 — O antigo regime na época de Luiz XIV. 12 — Leão XIII e a Igreja de seu tempo. 13 — A burguesia francesa e o golpe de Brumário. 14 — A política imperial de Bismarck. 15 — As origens da revolução de 1848, na França. 16 — As transformações da Rússia, de Alexandre II até a guerra com o Japão. 17 — Cavour; o homem, as idéias e a obra. 18 — A China e a penetração ocidental do século XIX até 1911. 19 — A sociedade inglesa na época vitoriana. 20 — A "Entente Cordiale".

Vinte e quatro horas depois de ter sido sorteado o tema n.º 20: A "Entente Cordiale", foi proferida a aula.

Dando início a sua aula o prof. Eduardo d'Oliveira França observa que o estabelecimento da "Entente Cordiale", marca uma alteração no sistema de alianças europeias, que sem chegar a ser subversiva, ocasionou entretanto transformações nos blocos que finalmente se defrontaram em 1914. Para compreensão dessa alteração examina primeiramente a maneira pela qual estão congregadas as forças europeias antes de 1904. Alemanha, Áustria, Itália, constituem a **Tríplice Aliança**. França e Rússia estão unidas pela **aliança dual**. Inglaterra vive uma **política de isolamento**. Lembra ainda as forças extra-europeias: Japão, China, Estados- Unidos, que também se envolvem nas questões internacionais. Em seguida, passa ao exame das relações entre as várias potências europeias no período que antecede o estabelecimento da **Entente Cordiale**. Nota as discrepâncias econômicas, políticas e ideológicas — motivos de choque, e as afinidades que convidam à aproximação. Essa análise permite verificar como a Inglaterra e a França, superando antagonismos, evoluíram para a formação da **Entente**. Cria-se o clima de entendimento. Eduardo VII visita Paris, conquistando a opinião pública. Finalmente Delcassé promove o acordo. Forma-se uma **entente** e não uma aliança. Para terminar faz o candidato algumas considerações sobre o resultado desse compromisso que soluciona alguns problemas coloniais pendentes entre a França e a Inglaterra: no norte da África, questões da Terra-Nova, Madagascar, Novas-Hébridas etc.; possibilita a vitória do Japão sobre a Rússia, pois a aliança franco-russa não funciona desde que a Inglaterra é aliada do Japão e a França não pode desagradá-la; e finalmente, permite a França servir de ponte mediadora entre a Rússia e a Inglaterra — o que levará a formação da **Tríplice entente** que se oporá à **Tríplice Aliança**.

Com a prova didática concluíram-se as provas do concurso, tendo o candidato conquistado em caráter efetivo a cátedra de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com a média final 8,6.

EMÍLIA NOGUEIRA.

CONCURSO DE HISTÓRIA DO ENSINO EM SÃO PAULO

A Assembléia Legislativa Estadual aprovou, em 12 de fevereiro de 1951, a lei n.º 971, concedendo um prêmio de quinze mil cruzeiros ao melhor trabalho sobre a História do Ensino em São Paulo. Tomando conhecimento dessa resolução, o Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, Prof. E. Simões de Paula, designou uma comissão de professores do curso de Pedagogia da referida Faculdade para elaborar o regulamento para a concessão desse prêmio. Constituíram essa comissão a Prof.ª Noemy S. Rudolfer, da Cadeira de Psicologia Educacional, o Prof. José Querino Ribeiro, da Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, e o Prof. Laerte Ramos de Carvalho, da Cadeira de História e Filosofia da Educação.

O regulamento elaborado foi aprovado pela Congregação da Faculdade de Filosofia em 7 de agosto de 1951, e aqui se transcreve, para conhecimento dos interessados:

- Art. 1.º — Os trabalhos deverão ser entregues à Secretaria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, dentro do prazo de um ano, a contar da data de publicação desta regulamento. (Até 30 de junho de 1953).
- Art. 2.º — Os concorrentes deverão apresentar o trabalho sob pseudônimo, juntando envelope fechado com nome e endereço e em seis vias impressas, mimeografadas ou datilografadas.
- Art. 3.º — Findo o prazo da entrega, a Congregação indicará, dentro de trinta dias, uma comissão de cinco professores que, sob a presidência do Professor Catedrático de História e Filosofia da Educação, e na falta deste, o que for eleito pela referida Comissão, dará parecer e procederá a classificação dos trabalhos apresentados.
- Art. 4.º — Será premiado o trabalho que obtiver pelo menos três classificações em primeiro lugar.
- Art. 5.º — O trabalho premiado será publicado por conta da Faculdade, em primeira edição, sem prejuízo dos direitos autorais, a partir da segunda edição.
- Art. 6.º — Se a comissão não chegar a acôrdo sobre a classificação, a Congregação da Faculdade resolverá, mediante parecer da comissão indicada para esse fim.
- Art. 7.º — Se a Comissão não julgar satisfatório nenhum dos trabalhos apresentados, será prorrogado o prazo por mais de um ano, a contar de seu pronunciamento.
- Art. 8.º — Da decisão da Comissão, tomada por maioria de votos, não caberá recurso.

São Paulo, 30 de junho de 1952.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS.

BASES DO CONCURSO SOBRE BOLIVAR, INSTITUIDO PELO GOVERNO DA VENEZUELA EM HONRA DA X CONFERÊNCIA INTER-AMERICANA EM CARACAS

- a) O tema e título serão: "Do Congresso de Panamá à Conferência de Caracas — 1826-1953". O gênio de Bolívar através da História das Relações Interamericanas.
- b) A extensão do trabalho deverá ser não inferior a quinhentas folhas datilografadas, tamanho 16 x 23 cms., espaço duplo.
- c) Poderão concorrer todos os escritores das Repúblicas pertencentes à Organização dos Estados Americanos.
- d) O trabalho original deverá ser escrito em um dos quatro idiomas oficiais da Conferência: espanhol, inglês, francês ou português.
- e) É fixado, como prazo para recebimento dos originais, o dia 25 de julho de 1953, natalício do Libertador.
- f) O júri será integrado pelo Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, pelo Presidente da Academia Nacional de História e pelo Presidente da Sociedade Bolivariana da Venezuela.
- g) Fica estabelecido um prêmio de trinta mil bolívares (Bs. 30.000) para

- a obra a ser designada pelo Júri, e o seu autor receberá 300 exemplares da edição feita por conta do Govêrno da Venezuela.
- h) A primeira edição do trabalho premiado, não superior a quinze mil exemplares numerados, será propriedade do Govêrno da Venezuela, o qual poderá distribuí-la da maneira que julgar conveniente, sem ficar obrigado ao pagamento de direitos de autor.
 - i) Os originais deverão ser enviados diretamente à Secretaria Geral da Décima Conferência Interamericana, por correio registrado, para a seguinte direção postal: Apartado 5205, — Correos del Este, D.F. — Caracas. — Venezuela.
 - j) O julgamento do Júri será proclamado no dia 12 de outubro de 1953, data do Descobrimento da América.
 - k) O autor da obra premiada será convidado pelo Govêrno da Venezuela, como hóspede de honra, durante os dias em que se efetuar em Caracas a Décima Conferência Interamericana.

E. SIMÕES DE PAULA.

HISTÓRIA CIENTÍFICA E CULTURAL DA HUMANIDADE

Os planos do Conselho de Redação serão difundidos pela UNESCO

Segundo notícia recebida pelo Departamento de Cultura e Ação Social da Reitoria da Universidade de São Paulo, a Comissão Internacional encarregada de publicar a História Científica e Cultural da Humanidade acaba de lançar, destinado a seus colaboradores e diversos grupos e entidades interessados nesses temas, um primeiro boletim de informação que regularmente dará conta da marcha dos trabalhos e das publicações históricas mais importantes que forem aparecendo em todos os países que possam servir como fonte de referência e de estudo.

O Comitê acha, com efeito, que, para que possa levar a bom término os seus planos, haverá necessidade de ampla difusão de seus propósitos, o que permitirá ao público e à imprensa apreciar devidamente o seu alcance.

Os primeiros relatórios publicados sobre a História provocaram reações diversas, devido, em parte, ao fato de a informação utilizada constituir-se de referências indiretas, as quais deram lugar a interpretações nem sempre exatas.

Nesse primeiro número são mencionadas, por ordem cronológica, as atividades do comitê desde 1.º de janeiro a fins de junho do corrente ano: reuniões da Comissão, nomeação de membros correspondentes, acordos do Comitê de Redação, artigos aparecidos em revistas dos Estados Unidos e de outros países, movimento do pessoal da Secretaria, tudo o que permite apreciar-se a importância que êste projeto adquiriu.

Para completar êsses trabalhos, o Comitê pretende organizar uma série de reuniões que permitam uma livre discussão dos planos, a fim de que se possa assegurar ampla colaboração de todos os grupos e tendências.

A primeira das referidas reuniões realizou-se, no dia 26 de junho do corrente ano, no Instituto Católico de Paris, comparecendo professores das universidades católicas da Itália, Alemanha, França, Bélgica e outros países da Europa. As reuniões foram presididas por Monsenhor Blanchet, Reitor do Instituto Católico de Paris.

Estuda-se também a maneira de ampliar essas iniciativas a outras regiões do mundo. Finalmente, o Secretário do Comitê encarregado da História Científica e Cultural da Humanidade solicita lhe sejam enviadas informações sobre todos os acontecimentos ou fatos de interesse informativo que possam merecer a atenção dos encarregados dessa tarefa.

(Div. Dif. Cult. — DC — R.U.S.P.).

PRÊMIO "IV CENTENÁRIO" PARA MONOGRAFIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1 — A Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo comunica aos interessados e ao público em geral que estão abertas as inscrições para o concurso de Monografia sobre o desenvolvimento econômico de São Paulo até os nossos dias, que resolveu instituir para o ano de 1954.

REGULAMENTO

Do concorrente:

- a — Poderão concorrer autores nacionais e estrangeiros;
- b — A redação dos trabalhos deverá ser em português;
- c — Somente poderão ser apresentados estudos rigorosamente inéditos;
- d — Os originais deverão ser remetidos à sede da Comissão do IV Centenário, à rua 24 de Maio n.º 250, 8.º andar, em três vias datilografadas, espaço duplo, formato ofício, sob pseudônimo. Junto o candidato deverá enviar, em envelope lacrado, seus papéis de identificação (nome por extenso, endereço completo, título da obra e pseudônimo). Na parte externa do envelope só deverá figurar o pseudônimo;
- e — Os originais não serão devolvidos;
- f — Cada concorrente só poderá apresentar um trabalho;
- g — O prazo de entrega encerrar-se-á, impreterivelmente, às 18 horas do dia 25 de junho de 1953.

Dos prêmios:

- a — Ao autor do trabalho premiado será entregue uma estatueta comemorativa;
- b — Haverá, ainda, a título de compensação, um prêmio indivisível em dinheiro, no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

Da Comissão Julgadora:

- a — Os trabalhos concorrentes ao prêmio "IV Centenário" para Monografia sobre o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, serão julgados por uma comissão de 3 (três) membros, que serão escolhidos pela Consultoria Técnica do Serviço de Comemorações Culturais dessa Autarquia;
- b — Os integrantes da Comissão Julgadora não poderão, em hipótese alguma, concorrer ao prêmio que lhes couber conferir;
- c — As decisões serão tomadas por maioria de votos, em reuniões secretas, e serão irrevogáveis. O julgamento deverá estar terminado até o dia 28 de setembro de 1953;
- d — Cada Comissão elegerá um relator, dentre seus membros, ao qual caberá dar parecer justificativo da decisão tomada;
- e — A Comissão, se julgar conveniente, poderá abster-se de conferir os prêmios;
- f — O trabalho da Comissão será remunerado.

Disposições gerais:

Este concurso não exclui dos concursos de História de São Paulo, já publicados, a parte da História Econômica.

A monografia poderá ser de caráter geral ou limitar-se ao estudo de um dos elementos significativos do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo.

- a — A Comissão do IV Centenário, de acôrdo com o pronunciamento da Comissão Julgadora, compromete-se a editar, em tiragem de 2.000 (dois mil) exemplares, a obra premiada. O autor receberá 100 (cem) exemplares, ficando os demais de propriedade da Auctarquia que lhes dará o destino que julgar conveniente.

VI CONGRESSO DAS SOCIEDADES DE FILOSOFIA DE LÍNGUA FRANCESA

É com o máximo prazer, e com grande interêsse, que a **Revista de História** aqui destaca o fato da realização, de 10 a 14 de setembro próximo, em Estrasburgo, do VI Congresso das Sociedades de Filosofia de Língua Francesa. O congresso que será presidido pelo Prof. René Hubert, da Academia de Estrasburgo, porá em realce a importância da contribuição da História para os estudos filosóficos. São secretários do VI Congresso, os snrs. Profs. Georges Gusdorf e Paul Ricoeur. O tema central dos estudos e discussões será o seguinte: **O Homem e a História**. A divisão das secções será assim constituída:

Secção I

Metodologia: o ofício de historiador. Categorias e dinâmismos da história.

Secção II

A Psicologia e a História Pessoal: as categorias históricas do psicólogo. Confrontação das categorias do historiador e do psicólogo.

Secção III

O Sentido da História: origem e desenvolvimento da filosofia da história. As diversas interpretações.

Secção IV

A Filosofia e a sua História: método e valor filosófico da História da Filosofia.

E. SIMÕES DE PAULA.